

A transição de Hong Kong e Macau

Hong Kong: o fim de uma colónia*

JEAN-LUC DOMENACH

Director Científico da Fundação Nacional das Ciências Políticas, Paris

No dia 1 de Julho de 1997, a colónia britânica de Hong Kong reintegrará oficialmente o coração da China. Previsto por um acordo sino-britânico firmado em 19 de Dezembro de 1984, este acontecimento concluirá uma série de negociações e de preparativos que permitiram ao governo de Pequim assegurar o seu controlo sobre o território.

A diplomacia britânica comemorará este episódio como um modelo de descolonização negociada. Facilmente se apostará que os oito mil jornalistas estrangeiros que cobrirem as cerimónias oficiais evidenciarão o sucesso que representará, para a China, o final de uma usurpação colonial que constituía um dos últimos traços da sua sujeição no passado ao Ocidente. O sucesso será evidentemente espectacular posto que, dois anos depois, será seguido pelo retrocesso de Macau, por parte de Portugal. Mas o seu custo, mesmo em Hong Kong, será inevitavelmente pesado. Pois, por mais estranho que possa parecer, o milagre económico de Hong Kong é fruto da colonização britânica. Hong Kong é um território chinês mas, acima de tudo, é uma terra de refúgio que deve a sua prosperidade ao seu colonizador, sofrendo inevitavelmente com a sua separação.

Terra chinesa?

Hong Kong é um território chinês, mas lateral. Pertence à província de Guangdong, que nunca desempenhou um papel central na história imperial. Quando, após a primeira Guerra do Ópio, o capitão Charles Elliott, da Royal Navy, tomou oficialmente posse da ilha em 26 de Janeiro de 1841, não passava de um «território despido, praticamente desprovido de casas». Foi demitido pouco depois. Este rochedo foi, assim, composto com a quase ilha de Kowloon, cedida em 1862 após a segunda Guerra do Ópio e com os Novos Territórios, concedidos por noventa e nove anos, em 1898.

Durante um longo período, esta sucursal colonial permanecerá, segundo o seu historiador britânico Frank Welsh, como um «filho natural da Grã-Bretanha vitoriana e da China dos Qing», do qual os dois países mostravam muito pouco orgulho. Somente adquire alguma importância a partir do início do século ao tornar-se – já então – o porto de Cantão e, principalmente, ao abrigar as vítimas das tragédias chinesas: intelectuais arruinados, militantes políticos derrotados e, sobretudo, centenas de milhares de camponeses arruinados pelas calamidades climáticas e militares. Desde então, a ordem e a prosperidade de Hong Kong atraem admiradores. Sun Yat Sen, o pai do nacionalismo chinês, declara, em 1923, que é preciso «imitar o exemplo do bom governo dos ingleses». Não obstante, estes mantêm inteligentemente a colónia à margem das turbulências chinesas: Hong Kong praticamente não desempenha qualquer papel até 1945. Nesta época, a sua população atinge quase o meio milhão.

É a chegada dos comunistas ao poder de Pequim, em 1949, que altera brutalmente o destino político e demográfico da colónia. Prudentemente poupado pelo Exército

Vermelho, este entreposto comercial acaba por tornar-se o centro de batalha entre as duas Chinas – os camponeses de Taiwan promovem motins em Outubro de 1956. É também uma das capitais da Guerra Fria. Pululam os agentes secretos e, desde 1953, o consulado geral dos Estados Unidos abriga cento e quinze diplomatas (contra três em 1938)...

Mas o território torna-se sobretudo, e permanecerá-lo-á até aos nossos dias, um porto para os evadidos do comunismo, do terror e da miséria. O fluxo nunca cessou e jamais foi compensado por uma corrente notável para Pequim. O que explica em grande parte o espectacular crescimento demográfico de Hong Kong: 2,4 milhões de habitantes em 1953, 3,2 milhões em 1961, 3,9 milhões em 1971, cinco milhões em 1981, 6,2 milhões actualmente. Quantitativa e qualitativamente, a primeira vaga foi a fundadora. De facto, foi ela que trouxe a Hong Kong a mão-de-obra para o impulso industrial, tal como os seus cérebros e os seus financeiros: a burguesia capitalista de Shanghai.

Mas, seguidamente, esta emigração foi de alguma forma a causadora das tragédias chinesas. Encontramos burgueses apanhados nos anos 50, ex-guardas vermelhos vindos a nado, apesar dos tubarões, para depois, nos anos 70, regressarem às suas famílias de além-mar. Em 1967, a chegada do comboio do meio-dia de Kowloon era como um museu vivo dos horrores da Revolução Cultural: intelectuais estropiados, anciãos enlouquecidos, viúvas silenciosas – e ainda os inesquecíveis pintores com os olhos rebentados, os pianistas com as mãos quebradas... Mas a grande massa da emigração foi sempre composta por camponeses de Guangdong, turbulentos mas vivos e sem medo do trabalho. Cerca de um quinto dos habitantes da colónia é originário do único distrito de Dongguan. Pelo seu povoamento, Hong Kong foi sempre, portanto, massivamente chinesa. Os numerosos ocidentais desde sempre assinalados eram homens de negócios e turistas (actualmente, seis milhões por ano), não tendo os expatriados jamais ultrapassado os 5 por cento do total da população. Os jornalistas exaltaram de todas as maneiras o carácter chinês desta colónia: era o efeito natural da superioridade numérica. O contrário é que era necessário assinalar: a facilidade com que esta população sem passado aceitava o quadro urbano, a modernização dos costumes, a prática muito desenvolvida do inglês. Muito antes de Taiwan, Hong Kong foi a parte mais ocidental do mundo chinês. Esta particularidade poderá ser explicada por uma característica muito profunda da sua população: trata-se de uma sociedade de fugitivos, certa de ser chinesa, mas menos segura de amar a sua pátria e sempre tentada por novas emigrações. A compensação económica e política da China desde o início da era Deng Xiaoping veio reforçar a ideia de desordem na identificação dos habitantes da colónia: em Junho de 1996, 36 por cento consideravam-se chineses, mas 49 por cento achavam-se, antes de mais, naturais de Hong Kong...

Mais, a ideia de uma terra essencialmente chinesa é falsa. O território de Hong Kong só é lateralmente chinês, como o pode ser uma sucursal colonial transformada em antecâmara. Esta imagem encontra-se intimamente ligada a uma segunda representação ainda mais falsa: a de uma colonização britânica pesada, detestada e inútil. Muito pelo contrário, Hong Kong permanecerá seguramente na História como uma obra-prima paradoxal e involuntária da história colonial.

Os benefícios da colonização

O paradoxo na origem do sucesso britânico reside no facto de Hong Kong ter sido desde sempre uma colónia sem colonização. Na época do Império, Hong Kong contava muito

pouco para Londres, comparativamente com as suas outras possessões na Índia, na Malásia ou no território chinês: Shanghai, por exemplo, era um assunto completamente diferente... Além da guarnição, a metrópole limitava-se a enviar excelentes comerciantes e um número restrito de funcionários da mesma natureza que ali viviam, conforme os casos, da sua ideia de grandeza, das suas disputas ou das suas excentricidades. Transmitiram à actual sociedade de Hong Kong o seu amor pelos relvados, pelas corridas de cavalos e pelos clubes de todo o género, mas nada mais. Em todo o caso, a Grã-Bretanha dominou o território de Hong Kong, dele retirou os seus lucros mas não o colonizou.

Este facto é ainda mais verosímil após o ano de 1949. Com efeito, ainda que a sua importância tenha aumentado consideravelmente, a perigosa proximidade da China levou as autoridades britânicas a transformar a sua atitude política: ocupar-se discretamente e o mínimo indispensável de Hong Kong, delegando no governador os poderes de um vice-rei. Os governadores que se lhe sucederam, uns francamente conservadores, outros mais inovadores, mas a maioria de boa qualidade, sempre ostentaram como princípio retirar a Pequim todo e qualquer pretexto de intervenção e fundar o seu poder, não sobre a força, mas sobre a sua capacidade de resposta às aspirações da população.

Conduziram, portanto, uma política sistemática de aceitação das élites chinesas em múltiplos conselhos consultivos e depois na administração. Aplicaram, sobretudo, o programa excessivamente simples sonhado por uma população proveniente da desordem e da miséria. Graças a uma polícia moderadamente corrompida e a uma justiça mais ou menos imparcial, fizeram de Hong Kong a terra chinesa mais ordenada, mais segura e mais livre – um dos raros locais, por exemplo, onde, nos anos 70, seria impossível obter a anulação de uma multa... Favoreceram sobretudo o desenvolvimento económico, garantindo as regras do jogo capitalista e, nomeadamente, a liberdade de comércio. No fundo, a sabedoria do funcionário colonial britânico seria a de dar livre curso ao capitalismo chinês. Com efeito, não foram somente os capitais de Shanghai que foram investidos no crescimento, mas uma boa parte do potencial imenso que a burguesia chinesa do litoral acumulara desde o final do século anterior e que o comunismo interditara de investir na própria China.

Hong Kong beneficiou segura e rapidamente de dois acasos, por sua vez históricos e geográficos: a proximidade de um Japão em plena reconstrução e o papel de entreposto que lhe foi reservado durante a Guerra da Coreia. Mas a administração britânica soube encorajar o progresso e a subida constante de uma indústria de exportação, de início principalmente têxtil e depois sucessivamente extensiva aos bens de consumo e à electrónica. A partir dos anos 70, soube igualmente encorajar e organizar a mudança de economia da colónia. Hong Kong torna-se, então, a plataforma financeira de um capitalismo regional em plena ascensão. E quando a China começa a baixar a guarda, a colónia impõe-se sem dificuldade como o umbral necessário para a entrada de homens e de capitais. A abertura da China ao mundo foi, em larga medida, uma abertura para Hong Kong e por Hong Kong. A colónia constitui o primeiro parceiro comercial da China e é através dela que passa a maioria das informações, dos homens e do dinheiro da China de além-mar, da Ásia e do Ocidente (60 por cento do investimento estrangeiro!) que materializam a abertura do continente. Além disso, no início dos anos 80, as indústrias de Hong Kong deslocaram-se massivamente para a província de Guangdong de modo a beneficiar das vantagens de custo por esta oferecidas: actualmente, mais de cinquenta mil

empresas de Hong Kong estão ali instaladas, empregando perto de seis milhões de pessoas: este regresso em força da economia da colónia ao sul da China permitiu a constituição de um dos pólos de crescimento mais brilhantes da nova Ásia. De facto, estas deslocações permitiram à economia da colónia concentrar-se em actividades financeiras e de serviços mais lucrativas. A antiga sucursal colonial tornou-se a segunda praça financeira da Ásia e a quarta do mundo.

O maior talento da administração britânica terá sido o de acompanhar o crescimento económico – cerca de 8 por cento nos anos 70 e 80 – com uma hábil política direccionada à maioria chinesa. Os governadores souberam encorajar o nascimento de um capitalismo não mais de Shanghai mas natural de Hong Kong, associando às grandes decisões magnatas como Li Ka Shing ou Henry Fok. Depois, favoreceram a formação de uma classe média dispendo de algumas linhas de identificação – graças nomeadamente a uma política cultural inteligente. Finalmente, souberam responder com realismo aos tumultos populares que Pequim manipulava em 1966-1967, na época da Revolução Cultural. Através da criação de uma comissão independente de fiscalização da corrupção, reprimiram de uma forma eficaz a sua própria polícia. Desencadearam sobretudo uma política social poderosa, concentrada no alojamento público, contribuindo para o desaparecimento dos abomináveis bairros-de-lata que eram, até então, apanágio da colónia.

O triunfo

Os resultados desta política são tão conhecidos que hesitamos em descrevê-los detalhadamente. Doravante, Hong Kong figura entre as economias mais desenvolvidas. Ocupando o nono lugar comercial do mundo, o território produz cerca de 5 por cento do Produto Nacional Bruto chinês. O seu rendimento per capita ultrapassou largamente o da Grã-Bretanha. No início da década, a colónia teve capacidade para se lançar na construção do aeroporto mais caro do mundo: 20 000 milhões de dólares! Porém, a entidade político-administrativa de Hong Kong constitui um bom negócio. Quando os comunistas chineses chegarem encontrarão o cofre cheio: actualmente, 70 000 milhões de dólares em reservas de câmbio e em propriedades imobiliárias! Compreende-se que o seu actual governador tenha recentemente designado a colónia como «o mais belo dote depois do de Cleópatra».

Não só Hong Kong enriqueceu como o seu ambiente não deixou de se transformar. Os sujos e barulhentos bairros urbanos dos anos 50 deram lugar a uma cidade activa mais ordenada. Com os seus edificios resplandecentes, Victoria oferece um dos mais belos espectáculos do mundo. A pequena ilha de Kowloon foi descongestionada pelas novas cidades criadas no seu perímetro, nomeadamente Shatin. O metropolitano, um dos mais rápidos e mais seguros do mundo, permitiu uma circulação mais fluida. Os espaços verdes são cuidadosamente protegidos. Se o trabalho permanece como o valor central, o lazer constitui a grande descoberta das duas últimas décadas: aos domingos, as famílias passeiam e tomam banho nas praias ou nas ilhas como Lantao, Cheungchou e Lama, onde os pequenos portos de pesca assumem um perfil chique.

A muitos homens de negócios e a muitos diplomatas ocidentais parece incrível que tal prosperidade, tão dura e pacientemente construída, seja posta em causa por um acontecimento tão comum como o do regresso ao seio da pátria. E, no entanto, este

retrocesso das autoridades britânicas ameaça gravemente Hong Kong. Depois de ter construído a fortuna da sua colónia, os britânicos causaram provavelmente a sua perda.

Os erros britânicos

Como é que se explica que os britânicos não tenham entendido Pequim como entenderam Hong Kong? Em primeiro lugar, provavelmente porque não perceberam a imensa diferença entre chineses «imperiais» e chineses «laterais» e que, além disso, tenham subavaliado as possibilidades abertas pela nova política de modernização lançada em Pequim, em Dezembro de 1978. Recebido por Deng Xiaoping em Setembro de 1979, o governador Murray Mac Lehos abordou ele mesmo a questão do futuro da colónia. Habilmente, Deng respondeu de forma distraída e amável. Os «sinólogos» do Foreign Office convenceram-se, desde então, que era possível negociar sem muito trabalho, muito antes do término da concessão dos Novos Territórios, em 1997, a consolidação do estatuto de um território que tão bem serve os interesses económicos chineses, britânicos e dos locais. O sucesso inglês nas Ilhas Falkland rapidamente persuade Margaret Thatcher que a Grã-Bretanha se encontra numa posição dominante.

Mas, em Pequim, raciocina-se de maneira diferente. Deng, que nunca abandonou a esperança de recuperar Hong Kong depois de Taiwan, pretende servir-se da abertura da China como de um engodo e visualiza um sinal de fraqueza nas diligências britânicas. Quando Thatcher se desloca a Pequim, em Setembro de 1992, o acolhimento foi brutal: «Chegou a altura de afirmar que a China recuperará a sua soberania sobre Hong Kong em 1997». As suas promessas de estatuto especial não fazem desaparecer a ameaça do recurso à violência em caso de «desordens». Tomada de surpresa e como que subjugada, a «Dama-de-Ferro» comete o erro de ceder facilmente na questão de princípios. E comete seguidamente um outro: acreditar que, até à devolução de 1997, Pequim aceitaria deixar a Londres o protagonismo, insistindo nas suas concessões de fachada: a criação em Hong Kong de uma «região administrativa especial dotada de um elevado nível de autonomia» e a promessa de que, por um período de 50 anos, conservará a sua autonomia económica, legislativa e executiva.

Mas a realidade é outra. Londres não compreendeu que, numa cena política chinesa marcada pelas incertezas e pelas divisões, recuperar Hong Kong seria utilizado por Deng para solidificar as facções conservadoras. A propaganda chinesa mostrou-se, portanto, impiedosa, particularmente após os tumultos de Pequim na Primavera de 1989: hoje, na Praça Tiananmen, um imenso relógio procede à contagem decrescente para a recuperação de Hong Kong... Em 1990, a diplomacia de Pequim obriga os britânicos a inserir na «Lei Fundamental» da nova «Região Administrativa Especial» uma cláusula condenando a «subversão»...

Porém, as autoridades chinesas, por sua vez, exageraram a fraqueza dos seus parceiros britânicos. Desejosos de deixar uma bandeira içada em Hong Kong, estes apresentam, em 1992, uma verdadeira personagem política inventiva e corajosa: Chris Patten, o antigo presidente do Partido Conservador, um homem da confiança de todos os dirigentes britânicos e com amigos em Washington. Sem embaraços, o novo governador concebe um novo programa destinado a salvar a honra e, se possível, a assegurar o futuro de Hong Kong: «a melhor garantia da prosperidade de Hong Kong consiste... em proteger a nossa forma de viver». Encontra apoios no Ocidente, promove investimentos a longo prazo e, sobretudo, desencadeia in extremis um processo de democratização da colónia. O seu

Conselho legislativo, o Legco, torna-se verdadeiramente um pequeno parlamento, a que Chris Patten acrescenta um carácter electivo. Ora, as diferentes eleições parciais, especialmente as de 1995, obtiveram diversas vitórias para os democratas anti-Pequim, nomeadamente para o Partido Democrata de Martin Lee, formado em 1990 a partir do imenso movimento de simpatia a favor da Primavera de Pequim manifestado no ano anterior.

Após 1992, Hong Kong tornou-se, portanto, um dos pontos quentes da Ásia Oriental, oscilando a Bolsa de Valores ao ritmo de uma polémica incessante. Ao humor tranquilo e firme de Chris Patten, responde a propaganda de Pequim através das ameaças e das injúrias, comparando por exemplo o governador a «uma antiga prostituta que prega a abstinência» ou ainda a «um pau remexendo a merda»! Mas, de facto, o combate é desequilibrado. Enquanto as tropas britânicas começaram a sua retirada e os funcionários tomam as suas providências, Chris Patten tem a seu lado uma opinião pública ocidental distraída e a minoria mais determinada da sociedade de Hong Kong. Não é suficiente para retirar Hong Kong das tenazes chinesas.

Hong Kong desarmada

De facto, desde já a China controla em parte o local. O Partido Comunista Chinês (pcc) mantém em Hong Kong milhares de quadros que controlam os diferentes sectores de actividade e, em particular, os sindicatos. A sua imprensa é poderosa e neutraliza progressivamente os seus adversários tradicionais, como o famoso South China Morning Post. Também ali se encontram as suas mafias e, desde há vários anos, Pequim conduz uma empresa de sedução sistemática na direcção das grandes Tríades da colónia, como a K 14 e a Sun Yee On. Ao longo dos anos, a China constituiu um verdadeiro império económico: 2000 empresas que fazem dela o primeiro investidor do território e contribuem para 15 por cento da sua economia. O único Banco da China controla 23 por cento dos depósitos bancários. Determinados sectores decisivos acabaram praticamente por tornar-se em monopólios continentais: o fornecimento de água ou de carne de porco, por exemplo. Este dispositivo é dinâmico e eficaz. Nos postos de responsabilidade, encontramos familiares de dirigentes chineses, como um filho de Deng Xiaoping. Recolhendo benefícios da sua rede com Pequim, combinam inteligentemente a procura de lucros ilícitos e a disciplina política. Graças a eles, Pequim tem vindo a enfraquecer os grandes grupos britânicos de Hong Kong. Estes, por exemplo, em 1996, foram vítimas de uma ofensiva fulminante no domínio da aeronáutica e das telecomunicações.

No entanto, não é o poder da pressão chinesa que é determinante, visto que esta não é infalível. Na cimeira do pcc foi expressa a oposição contra a brutalidade do comportamneto oficial em Hong Kong. Em Cantão, certos meios financeiros temem pela prosperidade de Hong Kong e a desconfiança instala-se contra a invasão dos capitais do «norte». A facilidade que numerosos dissidentes chineses encontraram na sua fuga da colónia britânica testemunha claramente as divisões internas do aparelho comunista cantonês. O que é determinante é o facto de a sociedade de Hong Kong se encontrar desarmada face à pressão continental. E este facto não se explica primeiramente pela comunidade cultural e de sangue: antes de mais, a sociedade de Taiwan resistiu, na Primavera de 1996, contra os movimentos militares de Pequim. O que está em causa é novamente a acção do colonizador. A mesma razão que produziu o sucesso de Hong Kong ameaça hoje em dia perigosamente a colónia. Durante mais de um século, os seus

habitantes satisfizeram-se com uma situação em que, para assegurar a sua salvação e a sua prosperidade, deixavam à Grã-Bretanha todas as responsabilidades políticas e administrativas e, portanto, toda a possibilidade de construção de uma identidade local positiva. A última oportunidade passou, sem dúvida, quando nos anos 70 a classe média de Hong Kong se contentou com a subida do seu nível de vida e de alguns símbolos culturais. É demasiado tarde para improvisar à pressa as razões de uma existência que o Império Britânico já não tem possibilidades de assegurar. Em consequência das eleições da Legco, certamente os democratas recolhem os votos de uma minoria de convencidos e de outros, indecisos, que acham mais útil votar contra a desconfiança. Mas a fraqueza da participação eleitoral (somente 36 por cento em Setembro de 1995) é suficiente para condenar a empresa de democratização conduzida demasiado tarde por Chris Patten.

Na verdade, aqueles que poderiam opor alguma resistência já partiram, visto que a emigração aumentou e mudou, principalmente após 1984: os seiscentos mil naturais de Hong Kong que se instalaram na Austrália, em Singapura ou na América do Norte eram, na sua maioria, quadros e intelectuais. Os que ficaram compraram passaportes clandestinamente: este comércio tornou-se a principal fonte de numerosos pequenos Estados da América Central. As estimativas «possíveis» do número dos que partem situam-se entre 1 e 3 milhões – o que é muito. Os outros, a maioria, não possuem os meios para partir e resignam-se ao inevitável, esperando que o pior não aconteça: aprendem o mandarim e restabelecem as suas relações com o continente.

A mistura de escapismo e de passividade que caracteriza a opinião pública foi como que legitimada pela atitude dos grandes «tycoons» da colónia, antes tão seduzidos pela metrópole britânica. Depois de ter feito fortuna na época da Guerra Fria (e frequentemente graças a ela), os Li Ka Shing, Henry Fok e outros TK Ann internacionalizaram os seus negócios, de resto massivamente investidos no continente chinês: a sua fortuna encontra-se, portanto, menos associada que anteriormente à prosperidade de Hong Kong. Se tomaram naturalmente todas as precauções, não podem assumir outro partido senão o de Pequim. Constituem, assim, o bloco mais sólido dos partidários da China, multiplicando as chamadas de atenção a Chris Patten e as declarações de apaziguamento à imprensa. Num contexto de extrema fluidez psicológica, fornecem a Hong Kong uma falsa armadura que reconforta o povo e que convence os diplomatas ocidentais que o que é racional deve tornar-se real: escutando unicamente os seus verdadeiros interesses, Pequim saberá tratar Hong Kong com inteligência e moderação.

Esta precisão optimista não é certamente ilógica pois, salvaguardada a honra, a Grã-Bretanha pretende, antes de mais nada, retirar-se com tranquilidade e a sua partida suprimirá numerosas fontes de fricção. Em Hong Kong, a população está ávida de ordem e de trabalho. As novas autoridades chinesas poderão apoiar-se numa administração muito profissional e nas suas poderosas redes económicas. Em Pequim, principalmente, desenvolvem-se motivos imperiosos para fazer de Hong Kong a vitrina de um casamento feliz entre comunismo e capitalismo: o apetite financeiro, o desejo de satisfazer a opinião pública chinesa e, sobretudo, a utilidade de um tal sucesso junto de Taiwan – a «autonomia» da antiga colónia tornada credível como a prometida à ilha dissidente.

Aumento da inquietação

Mas a evolução a ocorrer suscita pesadas inquietações. De facto, tudo se passa como se os dirigentes chineses não compreendessem as especificidades de Hong Kong, como se todos coincidissem na luta para a fragilidade deste território. Herdeiros do poder maoísta, não concluíram o trabalho de autocritica que lhes permitiria analisar como é a colónia, antes de mais, um refúgio para os fugitivos, onde o medo e o desejo de fuga renascem facilmente, onde a confiança desempenha um papel essencial. Dirigentes de uma administração por sua vez autoritária, corrompida e pouco eficaz, não compreenderam as complicações da gestão material e psicológica de Hong Kong. Desde já, a China multiplica as declarações desastradas. Citemos, ao acaso, algumas: após 1 de Julho de 1997, não será reconhecida a dupla nacionalidade; a Legco será substituída por uma legislatura a designar; as opiniões «subversivas» serão perseguidas; poderosos destacamentos da polícia armada chinesa estarão a postos, prontos a auxiliar a guarnição militar...

Mais do que estas declarações, são os factos que inquietam. Mais, o actual aeroporto de Hong Kong é um dos mais perigosos do mundo, visto que os aviões executam a aterragem entre edifícios. Acreditaremos que permanecerá seguro quando os raros acidentes destes últimos anos foram produzidos por aviões chineses? Acreditaremos que as empresas chinesas respeitarão as regras de mercado quando se sabe que, do outro lado da fronteira, resolvem os seus diferendos a tiro e à força? É, de antemão, a questão da ordem pública que suscita os maiores receios. Entre 1992 e 1994, os casos de corrupção aumentaram mais de 50 por cento, implicando frequentemente firmas do continente. Cerca de 73 por cento dos naturais de Hong Kong temem um novo agravamento do fenómeno. Inspirou previsões pessimistas o anúncio de que o futuro comandante da guarnição não recebe mais do que o salário oficial de 3000 escudos... Acima de tudo, é a chegada da polícia e dos gangs do continente que suscita o medo. Por experiência, os naturais de Hong Kong sabem que a maior parte dos polícias chineses são corruptos: é a sua conivência que permite o imenso contrabando entre a colónia e o continente – diversos milhares de milhões de dólares por ano... Quanto aos gangs de Cantão, estão cada vez mais presentes, o que explica em parte a subida da criminalidade. São já bem conhecidos pela sua violência, em especial os grupos paramilitares que desembarcam para alguns dias de «férias criminais» e assaltam as joalharias com bazucas.

Estas inquietações não constituem unicamente o reflexo de uma conjuntura delicada e flutuante. Decorrem de um temor bem mais central: o de que a China não está habilitada a assegurar a ordem necessária à prosperidade de Hong Kong. Digamos claramente: este temor é legítimo. Depois de, em meados do último século, a pressão ocidental a ter forçado a modernizar-se para se defender, a China jamais foi capaz de resolver o problema do Estado. Oscilou entre duas tendências que actualmente combina: os excessos da desordem e do autoritarismo. Este problema não foi resolvido senão lateralmente nos «desvios» do mundo chinês, onde o Estado se instalou graças a uma protecção (Taiwan, Singapura) ou a uma colonização (Hong Kong) – é o que explica em parte que as suas populações tenham podido investir no desenvolvimento económico. Hong Kong, já o dissemos, deve largamente a sua prosperidade ao seu colonizador. Mas a partida dos britânicos colocará as novas autoridades chinesas diante de um desafio urgente, para o qual não são ainda capazes de responder satisfatoriamente na própria

China. Doravante, a questão a colocar consiste em saber se o fim da colonização não arrastará o irresistível declínio de Hong Kong.